



SECRETARIA GERAL
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA
CENTRO REGIONAL DE PORTO VELHO
AV. LAURO SODRÉ N.º 6.500 - AEROPORTO - PORTO VELHO – RO 76803-260
TEL: (69) 3217-6270 - FAX: (69) 3217-6203

PROJETO BÁSICO Nº 3/ 2023 - SEADM-PV

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada em prestação de serviços referente a revisão programada das viaturas Mitsubishi - L200 Triton Sport GL, ao percorrer 10.000Km ou decorridos 12 (doze) meses da data de entrega do veículo novo, o que ocorrer primeiro, onde as mesmas foram adquiridas em Jan/2023 (6065460) por este Centro Regional de Porto Velho, com fornecimento de todos os materiais necessários para execução dos serviços localizados em Porto Velho.

Item	Descrição	SV	CATSER
01	Contratação de empresa autorizada Marca MITSUBISHI, para realizar Serviços da Primeira Revisão Obrigatória de 10.000 km ou 12 (doze) meses a contar da data de entrega dos veículos novos, o que ocorrer primeiro, prevista pelo fabricante de veículo modelo L200 SPORT GL, Ano 2023/2023, cor Branca, placas SGR8B87 e SGR8B93 pertencente ao Centro Regional de Porto Velho - CENSIPAM.	1	22250
02	Troca de um para-brisa do veículo modelo L200 SPORT GL, Ano 2023/2023, cor Branca, placa SGR8B87	1	18856
03	Colocação de películas de proteção contra raios UV nos veículos modelo L200 SPORT GL, Ano 2023/2023, cor Branca, placas SGR8B87 e SGR8B93	2	5584

1.2. A contratação será de acordo com a modalidade **INEXIBILIDADE**, conforme consta do Inciso I, artigo 25 da Lei 8.666/93.

1.3. Este processo de revisão estabelecido para 02 (dois) veículos, conforme prevê o Item 5 deste Projeto Básico.

2. DA JUSTIFICATIVA E O OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A pretendida contratação justifica-se diante da necessidade de conservação e manutenção dos veículos oficiais Marca MITSUBISHI Modelo L 200 SPORT GL, placas SGR8B87 e SGR8B93, visando atender a exigência no Plano de Revisão e Manutenção dos referidos veículos, que estabelece **Revisões Periódicas a cada 10.000 km ou a cada 12 (doze) meses ou o que ocorrer primeiro**. Portanto, as revisões não poderão ser realizada fora da concessionária autorizada pelo fabricante, pelo motivo da perda da garantia de fábrica, conforme termo de garantia do Fabricante:

a) Item 2.1 - veículo reparado fora das concessionárias Mitsubishi;

b) O não cumprimento do programa de revisão periódicas constante neste termo, poderá , além de prejudicar o desempenho do veículo Mitsubishi, enseja a não cobertura de itens cujas falhas poderiam ser evitadas.

2.2. Considerando as Normas de Manutenção e garantia, a contratação da concessionária autorizada é condição indispensável para que a Administração continue a usufruir dos direitos correlatos à garantia, caso contrário haverá comprometimento da mesma, ficando evidenciada a necessidade da efetuação da contratação direta.

2.3. O Artigo 3º da Resolução nº 216/2006 prevê a substituição do para-brisa trincado estando a mesma na área crítica de visão do condutor e em uma faixa periférica de 2,5 centímetros de largura da bordas externas do para-brisa e que

não ordem ser recuperadas. A condução nessas condições poderá ocasionar multa, pontos na carteira do motorista e apreensão do veículo.

2.4. A película protetora contra raios UV garante uma segurança maior na condução do veículo, além de minimizar os efeitos dos desgastes no interior do mesmo, devendo a película protetora está em conformidade com a resolução 960/2022.

2.5. A contratação dar-se-á com a empresa **AUTOVEMA MOTORS COMERCIO DE CAMIONETAS CNPJ 35.266.554/0001-10**, Inscrição Estadual nº 00000005512727, endereço: Avenida Governador Jorge Teixeira 700, Bairro Nova Porto Velho, Porto Velho - RO, concessionária autorizada MITSUBISHI em Porto Velho.

3. NATUREZA DO SERVIÇO, SE CONTINUADO OU NÃO

3.1. Trata-se de serviços de natureza não continuada.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. Os serviços a serem contratados encontram-se fundamentados no pressuposto da Instrução Normativa nº 05/2017, enquadram-se como Serviços Comuns.

4.2. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. A empresa fornecerá todos os materiais necessários para execução dos serviços e instalações apropriadas localizadas em Porto Velho, como também o fornecimento de todos os materiais necessários para execução dos serviços, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste PB.

5.2. A revisão será realizada em dois veículos Marca MITSUBISHI Modelo L 200 SPORT GL, placas SGR8B87 e SGR8B93, visando atender a exigência no Plano de Revisão e Manutenção dos referidos veículos, que estabelece **Revisões Periódicas a cada 10.000 km ou a cada 12 (doze) meses ou o que ocorrer primeiro.**

5.3. A Primeira Revisão de 10.000 (dez mil) km ou 12 (doze) meses prevista no Manual do Fabricante Mitsubishi e no sítio eletrônico da empresa, será realizado nas dependências da empresa contratada, seguindo todas as especificações contidas no manual de manutenção fornecida pela fabricante onde constam a substituição dos seguintes componentes:

5.3.1. 02 Filtros de Ar do Motor;

5.3.2. 02 Filtros de Ar Condicionado;

5.3.3. 02 Filtros de Combustível;

5.3.4. 02 Kits de lubrificação;

5.3.5. 02 Limpezas do Sistema de Combustível;

5.3.6. 02 Filtros de Óleo;

5.3.7. 16 Litros de Óleo do Motor;

5.3.8. 02 Juntas de Vedação;

5.3.9. 02 Mãos de Obra da 1ª Revisão;

5.3.10. 02 Alinhamentos e balanceamentos.

5.4. Troca de um para-brisa do veículo modelo L200 SPORT GL, Ano 2023/2023, cor Branca, placa SGR8B87; e

5.5. Colocação de películas de proteção contra raios UV nos veículos modelo L200 SPORT GL, Ano 2023/2023, cor Branca, placas SGR8B87 e SGR8B93.

6. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

6.1. A revisão periódica deve ser realizada obedecendo criteriosamente o plano de manutenção e revisões do fabricante, serviço esse realizado nas concessionárias autorizadas pelo fabricante, pelo motivo da perda da garantia de fábrica conforme termo de garantia do Fabricante.

6.2. A concessionária deverá informar no campo apropriado do livro de manutenção dos veículos, a data e a revisão executada, bem como a assinatura do responsável.

7. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

7.1. A Contratada deverá disponibilizar todos os equipamentos, ferramentas, utensílios e materiais de limpeza para execução dos serviços, promovendo sua substituição quando necessário.

8. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E SEU RECEBIMENTO

8.1. A execução dos serviços será iniciada a partir do recebimento da nota de empenho fornecido pela CONTRATANTE.

8.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 03(três) dias, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Termo Substitutivo do Contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta.

8.3. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a única medição de serviços, até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

8.4. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

8.5. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

8.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do Contrato.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

9.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas e encaminhando os apontamentos a autoridade competente para as providências cabíveis;

9.3. Notificar à CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

9.4. Pagar a Contratada o valor resultante da prestação do serviço no prazo e condições estabelecidas neste Projeto Básico.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Executar os serviços conforme especificações deste Projeto Básico e de sua proposta, para o perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para a plena execução dos serviços;

10.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do Termo Substitutivo do Contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida neste Projeto Básico, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

10.5. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

10.6. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

10.7. Manter durante toda a vigência do Termo Substitutivo do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas;

10.8. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.9. Não deverá permitir o descarte de óleos e fluídos e quaisquer resíduos de óleos na rede de esgoto e/ou pluvial, devendo a contratada possuir caixas separadoras de água e óleo, estando ligada diretamente na rede da Companhia de Saneamento Ambiental de Porto Velho.

11. DA SUBCONTRATAÇÃO

11.1. Não será admitida a subcontratação.

12. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

12.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto consistem na verificação da conformidade da prestação dos materiais e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

12.2. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos materiais e do objeto.

12.3. A verificação da adequação da prestação do material deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Projeto Básico.

12.4. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos materiais para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

12.5. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do material com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

12.6. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do material em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

12.7. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Projeto Básico e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

13. **DAS AÇÕES DE RESPONSABILIDADE AMBIENTAL**

13.1. A CONTRATADA deverá atentar para os critérios de sustentabilidade de acordo com a Instrução Normativa nº1, de 19 de janeiro de 2010, art 5º dos critérios de sustentabilidade ambiental:

I - que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

II - que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

III - que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva R01-IS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs);

IV - Recolher o óleo lubrificante usado ou contaminado, armazenando-o em recipientes adequados e resistentes a vazamentos e adotando as medidas necessárias para evitar que venha a ser misturado com produtos químicos, combustíveis, solventes, água e outras substâncias que inviabilizem sua reciclagem, conforme artigo 18, incisos I e II, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;

V - Providenciar a coleta do óleo lubrificante usado ou contaminado recolhido, através de empresa coletora devidamente autorizada e licenciada pelos órgãos competentes ou entregá-lo diretamente a um revendedor de óleo lubrificante usado no atacado ou no varejo, que tem obrigação de recebê-lo e recolhê-lo de forma segura, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigo 18, inciso III e § 2º, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;

VI - Providenciar a coleta do óleo lubrificante usado ou contaminado recolhido, através de empresa coletora devidamente autorizada e licenciada pelos órgãos competentes ou entregá-lo diretamente a um revendedor de óleo lubrificante usado no atacado ou no varejo, que tem obrigação de recebê-lo e recolhê-lo de forma segura, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigo 18, inciso III e § 2º, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;

VII - Efetuar o recolhimento do produto ou embalagem oriundos da prestação dos serviços, para fins de destinação final ambientalmente adequada, a cargo dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, conforme artigo 33 da Lei nº 12.305, de 2010, artigos 13 a 32 do Decreto 7.404, de 2010 e legislação correlata; e

VIII - Não utilizar na execução dos serviços, qualquer das substâncias que destroem a camada de Ozônio – SDO, abrangidas pelo Protocolo de Montreal, notadamente, CFCs, Halons, CTC e tricloroetano, ou de qualquer produto ou equipamento que as contenha ou delas faça uso, à exceção dos usos essenciais permitidos pelo Protocolo de Montreal, conforme artigo 1º, parágrafo único, do Decreto nº 2.783, de 1998, e artigo 4º da Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000 e legislação correlata;

IX - Utilizar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela CONAMA;

X - Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto 48.138, de 08 de outubro de 2003;

XI - Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

XII - Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxico-poluentes;

XIII - Instruir os seus empregados quanto à prevenção de acidentes e de incêndios;

XIV - A comercialização, importação e produção dos óleos lubrificantes citados no art. 2º da Resolução nº 804, de 2019 da ANP estão condicionados ao registro prévio na ANP; e

XV - O produto envasilhado deverá possuir rótulo com informações em língua portuguesa, discriminadas no art. 12 da Resolução nº 804, de 2019 da ANP, que assegurem ao consumidor indicações mínimas e inequívocas sobre a natureza, as características e a aplicação do produto.

14. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

14.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do ateste da Nota Fiscal/Fatura, **através de Ordem Bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada.**

14.2. A apresentação da Nota Fiscal/Fatura deverá ocorrer no prazo de até 10 (dez) dias, após o recebimento definitivo, com comprovação de condições de habilitação e regularidade fiscal, mediante consulta ao SICAF.

14.3. **O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado a este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura, apresentada em relação a aquisição dos serviços, devidamente acompanhada das comprovações mencionadas na IN/SEGES nº 05/2017.**

14.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

14.5. Caso se constate a falta da manutenção das condições exigidas para habilitação poderá ser concedido um prazo para que a Contratada regularize suas obrigações, quando não se identificar má-fé ou a incapacidade de corrigir a situação.

14.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

14.7. Antes dos pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação.

14.8. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

14.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

14.10. Havendo a efetiva execução do objeto, o pagamento será realizado normalmente, até que se decida pela rescisão do objeto, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

14.11. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o objeto em execução com a contratada inadimplente no SICAF.

14.12. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

- $EM = I \times N \times VP$, sendo:
- EM = Encargos moratórios;
- N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
- VP = Valor da parcela a ser paga.
- I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado

$I = (TX)$	$I = \frac{(6/100)}{365}$	$I = 0,00016438$ TX = Percentual da taxa anual = 6%.
------------	---------------------------	---

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

- 15.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 15.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 15.1.3. Fraudar na execução do Termo Substitutivo do Contrato;
- 15.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;
- 15.1.5. Cometer fraude fiscal;

15.1.6. Não manter a proposta.

15.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

15.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

15.2.2. Multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;

15.2.3. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Termo Substitutivo do Contrato, no caso de inexecução total do objeto;

15.3. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

15.4. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

15.5. Impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

15.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

15.7. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

15.8. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

15.9. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da contratação;

15.10. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

15.11. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

15.12. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Contratante, observado o princípio da proporcionalidade.

15.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

15.14. As multas e outras penalidades somente poderão ser relevadas pelo CONTRATANTE, nos casos de força maior devidamente comprovado por escrito, e para os quais não tenha dado causa a CONTRATADA.

15.15. Entende-se por motivo de força maior, para efeito de penalidades e sanções, o ato de inimigo público, guerra, bloqueio, insurreições, levantes, epidemias, tempestades, raios, enchentes, perturbações civis, explosões, greves, ou quaisquer outros acontecimentos semelhantes aos acima enumerados ou de força equivalente, que fujam ao controle razoável de qualquer das partes interessadas, que, mesmo diligentemente, não consiga impedir sua ocorrência.

15.16. CONTRATADA deverá comunicar os fatos de força maior ao CONTRATANTE, dentro do prazo de 02 (dois) dias consecutivos a contar de sua verificação e apresentar os documentos da respectiva comprovação, em até 05 (cinco) dias consecutivos a partir da data de sua ocorrência, sob pena de não serem considerados.

15.17. CONTRATANTE, no prazo máximo de até 05 (cinco) dias consecutivos, contados do recebimento dos documentos de comprovação, deverá aceitar ou recusar os motivos alegados, oferecendo por escrito, as razões de sua eventual aceitação ou recusa.

15.18. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à CONTRATANTE, observado o princípio da proporcionalidade.

15.19. A aplicação das sanções previstas no Termo Substitutivo do Contrato não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas na Lei nº 8.666/93 inclusive responsabilização da vencedora por eventuais perdas e danos causados à Administração.

15.20. A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pelo CONTRATANTE.

15.21. valor da multa poderá ser descontado da Nota Fiscal, ou crédito existente no CONTRATANTE, em favor da contratada vencedora, sendo que, caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, a diferença será cobrada na forma da lei.

15.22. As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato do Diretor de Administração e Finanças do CONTRATANTE, devidamente justificado.

15.23. As sanções previstas no Termo Substitutivo do Contrato são independentes entre si, podendo ser aplicadas de forma isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

15.24. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme dispostos nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666/93.

16. DO VALOR ESTIMADO

16.1. O valor estabelecido pela autorizada da Mitsubishi Motor para os serviços de Revisão de Garantia de 10.000 km ou 12 (doze) meses, prevista pelo fabricante de veículo modelo L 200 SPORT GL é **R\$ 6.907,61 (seis mil novecentos e sete reais e sessenta e um centavos)**, valor fornecido pela Empresa Autovema Motors Comércio de camionetas, autorizada pelo fabricante do Veículo, cuja discriminação consta do Estudo Técnico Preliminar nº 79/2023 (6527415).

16.2. O valor do orçamento é de **R\$ 6.907,61 (seis mil novecentos e sete reais e sessenta e um centavos)** e tem as seguintes discriminações:

16.2.1. Revisão de 10.000Km da viatura L200, placa SGR8B87 - R\$ 1.945,79

16.2.2. Revisão de 10.000Km da viatura L200, placa SGR8B93 - R\$ 1.945,79

16.2.3. Troca do para-brisa da viatura L200, placa SGR8B87 - R\$ 2.216,03

16.2.4. Colocação da película de proteção de contra raio UV no para-brisa da viatura L200, placa SGR8B87 - R\$ 400,00

16.2.5. Colocação da película de proteção de contra raio UV no para-brisa da viatura L200, placa SGR8B93 - R\$ 400,00

17. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

17.1. A despesa decorrente da contratação objeto do presente correrá à conta da dotação orçamentária conferida ao Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CENSIPAM, para o exercício de 2023, sob a seguinte classificação contábil e orçamentária:

- a. Programa 6011 – Cooperação para o Desenvolvimento Nacional
- b. Ação Orçamentária: 20X4 – Manutenção do Sistema de Proteção da Amazônia
- c. Fonte: 100
- d. Plano Orçamentário (PO): 0007 - Funcionamento e Manutenção do Censipam
- e. Programa de Trabalho Resumido (PTRES): 168640
- f. Natureza da Despesa:

ITEM	DESCRIÇÃO	NATUREZA DA DESPESA
1	Contratação de empresa autorizada Marca MITSUBISHI, para realizar Serviços da Primeira Revisão Obrigatória de 10.000 km ou 12 (doze) meses a contar da data de entrega dos veículos novos, o que ocorrer primeiro, prevista pelo fabricante de veículo modelo L200 SPORT GL, Ano 2023/2023, cor Branca, colocação de películas de proteção contra raios UV e substituição de um para-brisa, pertencente ao Centro Regional de Porto Velho - CENSIPAM.	33.90.39.19 - Manutenção e Conservação de Veículos

g. Código do Sistema PTA/2023: 339/23 – Revisão programada da Viatura Mitsubishi L200 (garantia) e substituição do para-brisa de uma viatura (CR-PV).

18. DA VIGÊNCIA DO TERMO SUBSTITUTIVO DO CONTRATO

18.1. A presente contratação terá vigência pelo período de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de assinatura do instrumento legal.

19. DO REAJUSTE

19.1. Não se aplica

Porto Velho - RO, 29 de agosto de 2023.

ELABORAÇÃO:

SÉRGIO LUIZ MARQUES FRAGA
Integrante Requisitante

ALDEIR JOSÉ SOARES NASCIMENTO
Integrante Técnico

LUAN GOUVÊA ALVES ESTÁCIO
Integrante Administrativo

PORTARIA Nº 3806 /DIRAF/DIGER/CENSIPAM/SG-MD, DE 21 DE JULHO DE 2023

AUTORIZAÇÃO:

CAÊ AIRES MOURA LACERDA
Gerente do Centro Regional de Porto Velho

APROVAÇÃO :

Aprovo, de acordo com o art. 7º, § 2º, inciso II e III, da Lei nº 8.666/93.

EDUARDO SHIGERU MITANI
Ordenador de Despesas

Aprovo, de acordo com o art. 7º, § 2º, inciso I, da Lei nº 8.666/93.

SÉRGIO NATHAN MARINHO GOLDSTEIN
Diretor de Administração e Finanças



Documento assinado eletronicamente por **Sérgio Luiz Marques Fraga, gestor**, em 29/08/2023, às 12:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Aldeir José Soares Nascimento, Assessor(a)**, em 29/08/2023, às 12:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **LUAN GOUVÊA ALVES ESTÁCIO, Assessor(a)**, em 29/08/2023, às 12:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Caê Aires Moura Lacerda, Gerente do Centro Regional**, em 29/08/2023, às 14:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Sérgio Nathan Marinho Goldstein, Ordenador(a) de Despesa, substituto(a)**, em 30/08/2023, às 11:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Shigeru Mitani, Ordenador de Despesas**, em 30/08/2023, às 11:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, o código verificador **6527435** e o código CRC **98B82E31**.

